

Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964¹

Counterrevolution and dictatorship: an essay on the Brazilian political process post-1964

Renato Luís do Couto Neto e Lemos*

Resumo

O propósito deste artigo é sugerir uma interpretação e uma periodização do processo político brasileiro que criou as condições para o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart em 1964 e para a implantação do regime ditatorial que se lhe seguiu. Ensaístico, o texto está estruturado em torno da abordagem das temporalidades proposta por Fernand Braudel e da noção de contrarrevolução.

Palavras-chave: Contrarrevolução; Ditadura; Processo político brasileiro.

Abstract

The purpose of this paper is to suggest an interpretation and a periodization of the Brazilian political process that created the conditions for the coup that overthrew President Joao Goulart in 1964 and the implementation of the dictatorship that followed. Essayistic, the text is structured around the approach proposed by Fernand Braudel about temporalities and the notion of counterrevolution.

Keywords: Counterrevolution; Dictatorship; Brazilian political process.

¹ Este artigo informa resultados de pesquisas sobre a ditadura brasileira pós-1964 em curso no Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Incorpora, também, notas de aula da disciplina “Ditadura militar e política – historiografia e história”, que venho, há cerca de dez anos, ministrando a alunos de graduação e pós-graduação da UFRJ e externos a ela. Esta origem explica o seu caráter híbrido de esquemático e ensaístico e, principalmente na segunda parte, a parcimônia no uso de referências bibliográficas. Agradeço os comentários críticos de Carla Silva do Nascimento, Demian Bezerra de Mello, Felipe Abranches Demier, Manuel Domingos Neto, Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Figueiredo Castro e Ricardo Henrique Salles. Tentei incorporar ao texto a maior parte das suas sugestões, o que, naturalmente, não lhes transfere responsabilidade pelo resultado final, que permanece minha.

*Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os elementos explicativos da significação histórica do golpe burguês-militar de 1964 e do regime ditatorial que a partir dele se construiu, bem como da sua dinâmica, devem ser buscados no cruzamento de fatores de longo, médio e curto prazos no período 1914-1989 (Lemos, 2004). A questão do tempo e, especificamente, a do tempo histórico, é objeto de variadas interpretações e não será examinada aqui.² Para os fins deste artigo, é suficiente assumir esta proposição, formulada por Fernand Braudel: “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem e de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem de anteontem, de antanho”. (Braudel, 1976, p. 29). A presença abstrata dessas temporalidades combinadas no processo histórico que criou condições para o golpe e a ditadura tem a sua personificação emblemática na participação simultânea de elementos de várias gerações nos eventos. A atuação simultânea do general Osvaldo Cordeiro de Farias (nascido em 1901 e conspirador desde a década de 1920) e do cabo José Anselmo (nascido em 1942, inicialmente um líder dos marinheiros e, depois, agente da repressão), por exemplo, se explica pela interseção de gerações característica dos processos históricos quando enquadrados em temporalidades longas.³

Para Braudel, essa abordagem é adequada ao conhecimento de qualquer processo histórico (Rojas, 2001, p. 53), porque os entende como plasmados em condições diferenciadas no tempo, em durações variadas. Basicamente: um tempo longo – o tempo das estruturas –, um tempo médio – o tempo das conjunturas –, e um tempo imediato – o tempo dos acontecimentos. Esta tipologia constitui um modo de construir o objeto histórico e parte do suposto de que o trabalho do analista sempre “decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes”. (Braudel, 1976, p. 11). A abordagem braudelianada dos “três tempos” é, portanto, uma ferramenta “conscientemente” construída para captar a dinâmica diferenciada do processo histórico.

Neste artigo, a tipologia braudeliana será usada livremente, adaptada às temporalidades de uma formação social que ingressou na economia mundial no século XVI, pela porta dos fundos, e viveu a condição de colônia por mais de três séculos. Por outro lado, a inserção hipertardia no mundo industrial permitiu – até mesmo, impôs – à sociedade brasileira um ritmo histórico em geral mais acelerado relativamente ao dos países centrais do sistema capitalista. Andamento da industrialização, padrões de crescimento demográfico e urbanização e outras características singularizaram o processo histórico brasileiro recente, expressão nacional do funcionamento da lei do desenvolvimento desigual e combinado

² Algumas obras que versam sobre o tema, acessíveis ao historiador: Bunge (2010), Cardoso (1982) e Bensaïd (1999).

³ Para uma visão introdutória do conceito de geração, ver Bacon (1987: 514-515).

(Trotsky, 1967, pp. 24-25). De resto, o próprio Braudel, trabalhando sobre matéria histórica europeia,⁴ assinalou que os períodos cronológicos demarcados com base em concepções de tempos históricos definidos por sua duração não têm valor absoluto, podendo ser modificados pelo uso de “barômetros” variados (Braudel, 1976, pp. 17-18).

A “atualidade” – o golpe de 1964 e o regime político que se lhe seguiu – que é aqui tomada por objeto poderia ser vista como parte do “longo século XX” de Giovanni Arrighi, que localiza no último quarto do século XIX as “estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época”. (Arrighi, 1996, p. 247) Ou como identificada com o próprio “breve século XX” de Eric Hobsbawm, para quem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) “assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX”. (Hobsbawm, 1995, p. 16).

Para os fins deste artigo, o marco da Primeira Guerra Mundial é adequado. É verdade que, enquadrado na sua “longa duração”, esse objeto – o golpe e o regime ditatorial – apresenta características derivadas de mecanismos essenciais situados ainda em tempos anteriores: o processo de acumulação capitalista em escala mundial e a internacionalização da luta de classes. Mas tais mecanismos assumiram novos conteúdos a partir da Primeira Guerra Mundial, em especial pela ocorrência, em 1917, da Revolução Russa, que, visceralmente ligada às condições do conflito bélico, surgiu como indicativo de um novo momento histórico, cujo encerramento se daria com a crise do campo socialista em fins da década de 1980.

Tempo longo: 1914-1989

A delimitação deste intervalo de tempo é importante por envolver definições de estruturas – econômicas, políticas e ideológicas – que condicionaram o estabelecimento de importantes elementos do objeto da análise. A noção de estrutura é usada, aqui, na acepção de Braudel: “Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar” (Braudel, 1976, p. 21). Ele as vê mutáveis: “[...] ainda mais significativos que as estruturas profundas da vida são os seus pontos de ruptura, a sua brusca ou lenta deterioração, sob o efeito de pressões contraditórias” (Braudel, 1976, p. 53).

Sem desprezar o importante debate que cerca a noção de estrutura,⁵ essa definição, basicamente descritiva, é aqui adotada porque entendida como operacionalmente útil para a apresentação seletiva dos elementos do processo his-

⁴ A sua obra histórica a considerar em relação às temporalidades, surgida em 1947, é objeto de várias edições em muitos idiomas, inclusive o português brasileiro, é Braudel (1984).

⁵ Ver Bastide (1971) e Boudon (1974). O debate sobre alguns pontos mais específicos, com destaque para a questão da ideologia, pode ser encontrado em: Gaboriau (1972) e Lefebvre (1968).

tórico brasileiro ativos em todo o tempo longo em que é enquadrado o objeto. São tratados como “ativos” elementos, identificáveis com vasto espectro – das estruturas econômicas em mutação à formação ideológica de segmentos militares –, que contribuíram decisivamente para os processos que geraram crises às quais se articularam o golpe de 1964 e o conseqüente regime ditatorial.

Um desses elementos ativos é a trajetória do par liberalismo-democracia. Desde a década de 1890, pelo menos, a consolidação do capitalismo monopolista pressionava a forma liberal-democrática do Estado capitalista. O caráter liberal da democracia nos países capitalistas centrais vinha sendo contrastado por fatos e ideias, à esquerda como à direita. Fatos e ideias que repercutiam no Brasil, combinando-se com elementos das críticas que se faziam à organização republicana derivada da Constituição de 1891 e à sua inspiração liberal. Essas críticas podem ser associadas, na década de 1910, ao pensamento de Alberto Torres e, nas de 1920 e 1930, ao de Oliveira Viana. Nas décadas de 1950 e 1960, foram reivindicadas por civis e militares – com menção explícita a esses autores –, particularmente, nos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 em íntima conexão com instituições militares dos EUA. A ESG desempenhou notório e central papel tanto na elaboração de uma vertente ideológica alternativa àquela que, em linhas gerais, foi dominante no cenário político brasileiro de 1946 a 1964 como, a partir deste ano, na orientação estratégica do regime ditatorial. Atualmente, sob regime democrático, setores da ESG postulam a necessidade de manter esse ideário – atualizado, naturalmente.⁶

Com a vitória da revolução socialista na Rússia em 1917, o cenário político-ideológico mundial foi enriquecido com um novo elemento. Até então, o socialismo constituía um horizonte ideológico que servia de referência a pensadores e militantes, interessados em manter ou em revolucionar o sistema social capitalista. A derrubada do czarismo e a ascensão dos bolcheviques ao poder fizeram disparar o alarme da burguesia. Daí para frente, o socialismo, como possibilidade real ou como espectro, passaria a constar, explícita ou tacitamente, favorável ou desfavoravelmente, de todos os programas políticos.

O Brasil como, de resto, outros países de capitalismo hipertardio, conheceu o anticomunismo bem antes da revolução russa e, mesmo, de possuir uma classe operária. Em outra manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, as classes dominantes brasileiras, ainda escravistas, aprenderam com suas congêneres dos países centrais, podendo-se observar no nosso processo político registros de anticomunismo explícito como expressão internacional, quase ime-

⁶ Ver, por exemplo, artigo do general reformado Glênio Pinheiro, ex-subchefe do Departamento de Estudos da ESG (1991/2005): Repensar a instituição nacional ESG: uma visão. <http://www.brasil-brasileiro.pro.br/glenio.htm>. Acesso em 23/2/2013, 12:52 h.

diata, das revoluções europeias de 1848 e da Comuna de Paris, em 1871.⁷

Instalada a república em 1889, as diversas frações das classes dominantes não viveram conflitos fundamentais em torno de projetos políticos. A despeito de algumas divergências teóricas acerca do melhor rumo a ser dado à economia, que se traduziram, por exemplo, nas discussões entre “agrarismo” e “industrialismo”, não se cristalizou no país um conflito entre setores urbanos e rurais. Esta ausência se explica por vários fatores, entre os quais se destacam a dependência das rendas geradas pela agricultura de exportação e a origem agrária do capital industrial. A identidade básica de interesses materiais facilitou a construção de uma prática política que se pode caracterizar como uma frente única permanente de combate às ameaças – reais ou potenciais – à ordem social e política, àquela época já associadas a propostas anticapitalistas, vinculadas, principalmente, ao anarquismo e ao socialismo. Paulo Sérgio Pinheiro localizou aí as primeiras manifestações do “estado de exceção republicano” (Pinheiro, 1991). A sanha que marcou a repressão aos movimentos de pobres rurais em Canudos (BA, 1896-1897) e na região do Contestado (PR-SC, 1912-1916) é indicativa de como os grupos controladores do Estado zelavam pela propriedade privada no campo. A não menos feroz reação a movimentos de pobres registrados na cidade do Rio de Janeiro, como as revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910), mostrou a frente única permanente em ação contrarrevolucionária urbana.

Até 1922, o anticomunismo era ainda uma perspectiva classista difusa, que se confundia com o receio às “classes perigosas”, categoria em que se enquadravam dos operários aos trabalhadores rurais sem terra, dos pobres urbanos aos seguidores de seitas religiosas no campo (Guimarães, 1981). A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, a ação da Coluna Prestes (1925-1927) e a formação do Bloco Operário Camponês (BOC) em 1928 lhe deram contornos mais nítidos. Segmentos expressivos das correntes políticas que tomaram o poder em 1930 tinham no anticomunismo uma perspectiva prioritária. Vale citar, entre as medidas preventivas de longo alcance a partir de então tomadas, a criação, em novembro daquele ano, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Apresentado por seu organizador e primeiro titular, Lindolfo Collor, como o Ministério da Revolução e vendido aos trabalhadores e empresários, como um antídoto para a luta de classes,⁸ muito mais apropriado seria chamá-lo Ministério da Contrarrevolução. Em 1935, com a frustrada

⁷ Escrevendo em 1967 sobre a “pré-história” do comunismo no Brasil, três pesquisadores encontraram manifestações de anticomunismo em 1849, durante a Revolta Praieira (Pernambuco), e concluíram: “Há mais de século, pois, as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do ‘fantasma do comunismo’, e podiam figurar, nas páginas do *Manifesto [Comunista]*, ao lado de Guizot e Metternich”. (Bandeira, Melo; Andrade, 1967, p. 8). Em 1871, um notório positivista foi injustamente acusado de defender as ideias dos comunardos. (Lemos, 1999).

⁸ Discurso de Lindolfo Collor dirigido a representantes de associações operárias do Rio de Janeiro, publicado em *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1931.

tentativa de revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo PCB, o anticomunismo ganhou nova faceta, graças à mística militar que o fez um dos elementos mais importantes das crises políticas que se seguiram e, em particular, daquela que, em 1964, levaria ao fim do regime democrático e à sua substituição por uma ditadura. Não custa lembrar, principalmente a eventuais leitores muito jovens, que esse regime fez do anticomunismo uma permanente bandeira de legitimação. A chamada crise do “socialismo real” na década de 1980 amainou o anticomunismo no Brasil, mas ele ainda encontra guarida não apenas no discurso justificativo do golpe e da ditadura, mas também em concepções políticas gerais de segmentos civis e militares e nas formulações estratégicas de defesa nacional para o século XXI. Com razão, há que reconhecer, já que os problemas que geraram o comunismo, decorrentes da natureza classista do capitalismo, remanesçam.

A Primeira Guerra Mundial é um marco na história brasileira também do ponto de vista das estruturas econômicas. Não existe um consenso entre os especialistas quanto ao impacto do conflito sobre a economia brasileira, mas há fortes indicadores de que o período foi de crescimento industrial acima da média. Independentemente de se tratar de um “surto”, “espasmo” ou “fase do processo industrializante”,⁹ o fato é que a comparação entre os dados dos censos de 1920 e o de 1940 - não se procedeu a recenseamento na década de 1930 - indica poderosas linhas de transformação na base da sociedade brasileira. A participação da agricultura e da indústria no PIB (Produto Interno Bruto) começou a se aproximar do equilíbrio, que seria rompido em fins da década de 1960, em favor da segunda. O peso das populações rural e urbana na população total evoluiu segundo o mesmo padrão. Diversificação econômica no sentido da indústria e deslocamento demográfico rumo às cidades médias e grandes resultaram em reorientação do processo de urbanização. O Brasil adentraria a década de 1970 com um perfil urbano-industrial definido.

O crescimento e a concentração da classe operária ensejaram, a partir de meados da década de 1950, o questionamento prático dos mecanismos de controle do conflito capital-trabalho criados durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e preservados pelo regime democrático que o seguiu. O golpe de 1964 teve, entre outros sentidos, o de criar condições para que se recolocasse a classe trabalhadora em seu “lugar” político, enfraquecendo a sua representação a partir da base, principalmente com a substituição, em 1966, do instituto da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Modificações na legislação trabalhista, sempre no sentido de redução de direitos, continuariam sendo tentadas, principalmente na década de 1990,

⁹ Um balanço da discussão historiográfica pode ser encontrado em Saes (1989).

sob a justificativa de que, por serem excessivos, constituíam fator de elevação do “custo Brasil”.¹⁰

No plano do sistema político, o pós-Primeira Guerra já registrava a pressão dos setores urbanos intermediários e do operariado em crescimento. O sistema político organizado a partir da Constituição de 1891 manteve intocadas as formas de dominação classista erigidas durante a monarquia – dependência pessoal, coerção privada por meio de capangas, voto a descoberto, fraudes eleitorais várias, trato policial da “questão social” etc. A elas, acrescentou-se a estrutura federativa republicana, que garantiu a unidade político-territorial do país com base na ampla autonomia no exercício do poder conferida aos proprietários da terra e seus aliados urbanos históricos - comerciantes de exportação e importação, agentes financeiros, entre os mais importantes.

O sistema que garantia esse padrão de ordem social e política apresentava pequena capacidade de incorporação de elementos externos a ele. A emergência de novos agentes políticos, como expressão do crescimento industrial e urbano, constitui, como é amplamente reconhecido por expressivos segmentos da historiografia, elemento-chave para a explicação de importantes aspectos das crises nacionais da década de 1920. Principalmente, as manifestações rebeldes de segmentos militares e as dissidências regionais entre as classes dominantes, que tiveram tradução eleitoral nas campanhas Civilista (1909-1910), Reação Republicana (1921-1922) e Aliança Liberal (1929-1930). Neste plano, a trajetória das disputas políticas no país tendeu a seguir a rota do processo de urbanização da economia e da população. Assim como a agricultura e a população rural não se nulificaram nesse processo, o poder das frações das classes dominantes vinculadas ao campo também sobreviveu, em aliança com outras, ligadas a atividades urbanas progressivamente fortalecidas. Preservar as estruturas agrárias dos ventos “modernizadores” das décadas de 1930 e 1940, restringindo e controlando as mudanças na ordem rural, foi a palavra de ordem tácita da Era Vargas. Os pilares dessa construção passaram a ser abalados seriamente em meados da década de 1950, com o surgimento das ligas camponesas e a eclosão de conflitos rurais como os que conflagraram o Sudoeste do Paraná.

A aliança entre as frações do capital ligadas ao campo e as demais constitui, de resto, um dos fatores centrais da crise geral da sociedade brasileira na primeira metade da década de 1960, em que a propriedade da terra, a ação política dos trabalhadores rurais e a modernização capitalista da agricultura foram questões cruciais. O aprofundamento da integração econômica mundial e da dependência em relação aos centros imperialistas durante o regime ditato-

¹⁰ A propósito, ver uma discussão travada em plena conjuntura de aplicação das reformas neoliberais ao país em Silva (1997), especialmente “Mesa IV: custo do trabalho”, p. 157-212.

rial pós-1964 não tornou essa aliança insignificante. A industrialização e a monopolização capitalista avançaram na agricultura nas décadas de 1970-1980. Simultaneamente, reforçaram-se as posições dos setores do capital a ela articulados no bloco no poder (Poulantzas, 1968, p. 151) formado nas entranhas do regime ditatorial, agravando-se a dependência geral da economia brasileira em relação ao mercado externo para os nossos proverbiais produtos primários de exportação, agora rebatizados *commodities*.

Os desenvolvimentos no interior da sociedade brasileira registrados nesse tempo longo levaram Florestan Fernandes a caracterizar o período 1920-1964 como uma situação “potencialmente pré-revolucionária”. A forma como a dominação de classe da burguesia – grife-se: o regime democrático que ela *precisou*, e não o que ela *pôde*, construir após 1889, para adequar-se à correlação internacional e nacional de forças sociais, políticas e ideológicas – foi se adequando à implantação da indústria moderna intensiva, à concentração populacional nas grandes cidades, progressivamente convertidas em metrópoles, e aos constrangimentos impostos pelo capitalismo monopolista. O acirramento dos antagonismos sociais se combinou com a evidenciação de que o poder burguês se enfraquecia e corria riscos. De acordo com Fernandes:

Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à ‘revolução institucional’ de 1964, a um constante processo de erosão intestina. (Fernandes, 1976, p. 322)

Alguns dos elementos da situação potencialmente pré-revolucionária mencionada por Florestan Fernandes se referem a conjunturas de crise política indicativas das dificuldades que os representantes do capital encontraram para manter uma ordem política sustentada por um mínimo de consenso – ao menos entre eles –, em um período que desconheceu quase totalmente a existência de uma burguesia nacionalizada política, ideológica e organizativamente. Suas dificuldades se manifestaram nas crises que marcaram todas as sucessões presidenciais em seguida ao governo do presidente Eurico Dutra (1946-1951), algumas das quais beiraram a guerra civil, como as de 1954-1955 e 1961, e outra se resolveu por meio de golpe de 1964.

Em face da sua pequena coesão, as frações das classes dominantes brasileiras seguiram a clássica norma combatente: a melhor defesa é o ataque. Nes-

se tempo longo, “essas classes e estratos de classe mais aprenderam ‘o que não deviam fazer’ para não se prejudicarem de modo irremediável, do que ‘o que deveriam fazer’ para articular seus interesses de classes numa comunidade política.”(Fernandes, 1976, p. 323)Daí ser razoável trabalhar com a hipótese de que, neste período,o conjunto da burguesia tomou – ainda que, com frequência, atabalhoadamente – a direção do processo político nacional e lhe deu rumo contrarrevolucionário preventivo. Contrarrevolucionário, não porque percebesse em seu horizonte uma efetiva ameaça revolucionária, mas porque, em todo o período, várias experiências históricas indicaram que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário, ainda que não suficiente, para configurar-se uma situação revolucionária. Preventivo, porque era preciso evitar o surgimento de elementos que, articulando-se com os necessários, formassem um conjunto suficiente para a configuração de uma situação revolucionária.

Tempo médio: 1945-1989

Este recorte temporal é necessário para que se apreendam adequadamente elementos até então inexistentes e que tiveram ação decisiva tanto na criação de condições que ensejariam o golpe de 1964 quanto na definição de opções feitas durante o regime ditatorial que se lhe seguiu. O marco inicial é o quadro político-ideológico estabelecido ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A formação de duas regiões, ou blocos, em torno de dois regimes sociais o distingue do pós-Primeira Guerra Mundial, que revelou ao mundo o primeiro país socialista (Ayerbe, 2002, p. 64). O mundo pós-1945 é o da internacionalização do conflito protagonizado pelos Estados Unidos e a União Soviética como expressão da luta capitalismo x socialismo, também conhecida pelo eufemismo Guerra Fria. O embate entre a revolução e a contrarrevolução se enriqueceu com a emergência dos países “descolonizados” – alguns, por pragmática iniciativa das potências colonialistas; outros, à custa de sangrentas guerras de libertação nacional. Contra o proletariado e as ameaças nacionalistas aos interesses das empresas capitalistas pelo mundo, a orientação contrarrevolucionária foi elevada à condição de política de Estado, assistindo-se à proliferação de doutrinas, órgãos burocráticos e leis voltados para a tentativa de sustar ou, no mínimo, desestimular eficazmente movimentações de natureza nacionalista e anticapitalista.

O Brasil, como é notório, se inseriu na Guerra Fria integrando o bloco capitalista. Nesta condição,segmentos das suas classes dominantes cumpriram funções de reafirmação do capitalismo e de combate ao comunismo. De 1945, quando Getúlio Vargas foi derrubado – em grande medida, é bom lembrar, por ter-se aproximado politicamente dos trabalhadores –,até o fim do período, a divisão de trabalho internacional do anticomunismo balizou a agenda política das classes dominantes brasileiras. Dando a tônica do período no país, ao anticomunismo

se articularam, harmônica ou conflituosamente, dois outros eixos políticos: o nacionalismo – em seus vários matizes, do autoproclamado “sadio” pela retórica da Escola Superior de Guerra (ESG), ao anti-imperialista, sustentado pelo PCB, passando pelo “terceiro-mundista” – e o reformismo – igualmente matizado, do burguês ao comunista. Em torno de três elementos – anticomunismo, nacionalismo e reformismo –, combinados de formas variadas, construíram-se campos políticos civil-militares.

Um campo nacional-popular integrou o varguismo – entendido como a difusa esfera de influência da figura de Getúlio Vargas, mesmo depois de morto –, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o PCB, segmentos militares oficiais e subalternos nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) etc. Neste campo constituiu-se uma zona de interseção de vários matizes do nacionalismo com o reformismo, aliado frequentemente ao PCB.

Em oposição e, em grande medida, em função dele, um campo liberal e associacionista compôs o antivarguismo – igualmente difuso e mais amplo do que a esfera partidária – com a União Democrática Nacional (UDN), partidos menores e segmentos da oficialidade militar. Neste campo, a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN e na identificação com entidades – efetivos aparelhos ideológicos da burguesia – defensoras de reformas da democracia em sentido elitista e antipopular, como a Escola Superior de Guerra (ESG - 1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD - 1959) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES - 1961).

Iniciou-se em 1946, com as eleições presidenciais, a série de fracassos das forças políticas do campo liberal associacionista no intento de deslocar do poder, por métodos legais, setores que promoviam, em alguma medida, interesses materiais e sociais dos trabalhadores, em especial aqueles associados à figura de Getúlio Vargas. As crises eleitorais de 1950 e 1955, quando a UDN tentou negar a eleição, respectivamente, de Vargas e de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, sob o argumento de que ambos não haviam conseguido a maioria absoluta dos votos válidos, constituíram tentativas de “golpe legal”, escudado em questões de hermenêutica constitucional. Elas se entremearam com graves crises político-militares em 1954 (deposição de Vargas) e 1961 (Crise da Legalidade), quando oficiais do campo liberal fracassaram na tentativa de chegar ao poder, por não se atreverem a provocar a ruptura total da legalidade, o que só aconteceria em 1964.

Por outro lado, já em fins da década de 1940, assistiu-se à inserção da economia brasileira no novo modo de acumulação do capitalismo mundial. Capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis dos EUA, operou-se importante transformação na divisão internacional do trabalho. Em busca da potencialização de lucros, grandes corporações oligopolistas deslocaram unida-

des produtivas para países semi-industrializados, como o Brasil, ou investiram neles em associação com capitais locais, importando de si mesmos tecnologia e sistemas de produção, ainda que nem sempre os mais avançados. Decorreram daí transformações econômicas com forte impacto na estrutura social e no sistema político brasileiros. Nas décadas de 1950 e 1960, o aprofundamento da situação de dependência econômica, financeira e tecnológica e o surgimento de uma “burguesia multinacional e associada” (Dreifuss, 1981, p. 34), que combinava os segmentos mais dinâmicos das frações industrial e financeira do capital, pressionaram o sistema político pactuado na transição de 1945-46, criando alguns dos principais fatores da crise que levaria ao golpe de 1964.

Os conflitos registrados entre setores das classes dominantes desde 1946 podem ser compreendidos, muitos deles, como resultado da tensão entre a necessidade de fazer arranjos institucionais que garantissem a ordem econômico-social e a dificuldade para encontrar soluções satisfatórias para os interesses das diferentes frações do capital. As grandes questões postas em pauta pelo mundo do pós-Segunda Guerra Mundial – vias de desenvolvimento econômico e social para os países periféricos, modos de relacionamento político com as classes trabalhadoras em expansão etc. – não encontraram uma resposta uníssona entre as classes dominantes brasileiras, como, de resto, em país algum em condições análogas. O arranjo estabelecido correspondeu, mais propriamente, ao que Florestan Fernandes definiu como “hegemonia agregada”:

Sem modificar substancialmente a si próprios, à Nação e ao seu relacionamento material com as demais classes, as classes e os estratos de classe burgueses descobriram um equivalente das condições estruturais e dinâmicas de dominação de classe, que não estavam a seu alcance. Antes mesmo de concluir todo o complexo processo de sua diferenciação vertical, de sua integração horizontal e de sua articulação, logram estabelecer, por via política, uma unificação que permitiria atingir os mesmos fins, pelo menos durante o período de desgaste imprevisível e de risco supostamente mortal do poder burguês. Por elementar e tosca que seja, essa forma de hegemonia burguesa transferiu para as mãos da burguesia o controle do tempo, do espaço e da sociedade, fixando os ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista sobre a ordem social competitiva existente. (Fernandes, 1976, p. 336)

Do ponto de vista das classes dominadas, a diversificação de percepções do processo social se expressava na multiplicidade de alianças que seus representantes sindicais e políticos praticavam. Algumas delas se aproximavam

de horizontes setoriais de frações das classes dominantes, enquanto outras se orientavam para projetos críticos das políticas desenvolvidas pelos governos representantes do bloco no poder.

O populismo, regime político de colaboração de classes (Weffort, 1978, pp. 75-76), foi a forma – de tipo democrático: a democracia que, observe-se, a burguesia *precisou*, e não a que ela *pôde*, pactuar com as demais classes e frações de classes – como esse bloco exerceu a dominação no tempo médio que estou analisando. Enquanto foi funcional, assegurando a ordem necessária ao bom andamento dos negócios, esse arranjo foi defendido com unhas e dentes pela coalizão majoritária, embora sempre sofrendo ataques, progressivamente mais atrevidos, por parte da coalizão minoritária.

Nesse tempo histórico, contudo, acabou por se configurar uma assimetria entre poder econômico e poder político, em alguma medida análoga àquela que levou à crise final do Império. Como é sabido, nas últimas décadas do século XIX, o dinamismo econômico se concentrava no Oeste paulista, mas as bases políticas da monarquia residiam em áreas estagnadas ou decadentes da produção açucareira do Nordeste e cafeeira do Vale do Paraíba (Costa, 1979, p. 311). A partir de meados da década de 1950, sob o impulso da política de industrialização acelerada e internacionalização da economia brasileira praticada no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), os grandes oligopólios industriais, voltados, principalmente, para a produção de bens de consumo duráveis passaram a constituir o setor economicamente mais dinâmico do país. Entretanto, as bases políticas do regime permaneceram ancoradas numa coalizão que reunia a fração industrial mais antiga, ligada à produção de bens de consumo imediato, e setores da classe trabalhadora identificados com a política trabalhista inaugurada por Getúlio Vargas. Não conseguindo fazer de seus interesses uma plataforma mobilizadora de forças suficientes para romper o virtual monopólio do Estado que o bloco no poder exercia, o setor economicamente mais dinâmico – o capital multinacional e associado – organizou uma eficaz conspiração e o tomou de assalto em 1964.

O regime ditatorial instalado no Brasil a partir do golpe constituiu uma forma de exercício do poder de tipo bonapartista. A fração multinacional e associada do capital, embora tenha, de fato, tomado de assalto o Estado, praticou a dominação, em geral, de maneira indireta ou compartilhada com representantes corporativos das Forças Armadas. Identificada, até à medula dos ossos, com a sangrenta estratégia contrarrevolucionária anticomunista e antinacionalista que o capitalismo veio parindo após a revolução russa de 1917, executou reformas modernizadoras do capitalismo brasileiro – muitas delas constantes do programa do campo liberal associacionista desde, pelo menos, a década de 1940 – e preparou o terreno para a hegemonia do setor industrial e financeiro na democracia que se lhe seguiria.

Tempo curto (1960-1964)

É necessário trabalhar com os anos balizadores deste tempo, porque eles indicam um alcance “curto” do estado ativo de certos elementos. Curto, porque a sua capacidade de levar o regime político à crise definitiva se impôs e se esgotou nesse período.

A sociedade brasileira entrou na década de 1960 em grave crise da forma de dominação política classista. Negociada a partir da crise da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e formalizada na Constituição de 1946, bem como em algumas leis ordinárias – Código Eleitoral (1950), Lei de Segurança Nacional (1953) etc. –, essa forma se demonstrava insuficiente para dar conta das novas demandas sociais, em particular aquelas originadas de setores empresariais emergentes – a burguesia multinacional e associada – e de segmentos das classes trabalhadoras do campo e da cidade, que, ao mesmo tempo em que ativavam sindicatos oficiais, desenvolviam novas formas organizacionais de luta reivindicatória e política – as ligas camponesas, as entidades sindicais independentes do Estado etc.

Nessa conjuntura, a concepção de ordem socioeconômica defendida pela aliança de classes que vinha sustentando o regime democrático – traduzida partidariamente na coalizão do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – se encontrava ameaçada em, pelo menos, três aspectos. Em primeiro lugar, na sua capacidade de proporcionar a base material para a aproximação política de setores da burguesia e da classe trabalhadora. A cessação do crescimento econômico no início da década de 1960 e a herança perversa deixada pelo último surto de expansão, associado ao Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) – crise no balanço de pagamentos, escalada inflacionária, agravamento das disparidades regionais e sociais etc. –, solaparam as bases de sustentação da orientação nacional-reformista dominante desde o Estado Novo e mantida no regime democrático. Criavam-se oportunidades para avanços na disseminação da mais forte orientação ideológica concorrente, de tipo liberal associacionista, incapaz de chegar ao poder por vias eleitorais, mas sempre atuante em várias instâncias políticas. O golpe de 1964 escancararia as portas do Estado a essa corrente, que recuperaria a capacidade de acumulação de capital da economia brasileira já em 1968 e evoluiria na construção de uma dominação de tipo hegemônico sobre a sociedade brasileira, cujo marco simbólico inicial pode ser encontrado na eleição do presidente Fernando Collor, em 1989.

Em segundo lugar, pelas crescentes pressões imperialistas contra suas nuances nacionalistas e reformistas, exercidas, diretamente, pela ação do governo dos Estados Unidos da América por meio, por exemplo, da conhecida política de “ilhas de sanidade” e, indiretamente, pela ação de aparelhos político-ideológicos como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Brasileiro de Ação Democrá-

tica (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A disseminação, na imprensa, no Parlamento, na produção literária e editorial etc., de uma visão de mundo congruente com a perspectiva do capital monopolista se fazia de maneira combinada com a instrumentalização das dificuldades econômicas e políticas do presidente João Goulart.

Em terceiro lugar, pelo aprofundamento de transformações que vinham ocorrendo na estrutura das relações sindicais, desde meados da década de 1950. Registraram-se, no período, a retomada das grandes mobilizações de trabalhadores e o surgimento, nas cidades e no campo, de formas organizacionais novas, como as ligas camponesas, voltadas para a luta pela reforma agrária, e entidades sindicais urbanas de âmbito nacional, categorias não previstas na legislação trabalhista e, portanto, ilegais e independentes do controle estatal exercido pelo Ministério do Trabalho. Em particular, entre 1962 e 1964, a crise econômico-social impulsionaria o movimento sindical na rota de colisão com a estrutura legal de controle do conflito capital-trabalho herdada do Estado Novo, fazendo acender o alerta vermelho para o empresariado como um todo.

A crise interna vivida no Brasil entre 1960 e 1964 foi sobredeterminada (Althusser, 1966) pela crise da dominação imperialista na América Latina, com a eclosão da Revolução Cubana em 1959 e o anúncio da sua orientação socialista, em 1961. A prevenção da possibilidade de expropriação da propriedade urbana e rural, de substituição das forças armadas regulares por milícias populares, de alçamento de organizações dos trabalhadores ao poder estatal etc. tornou-se item do programa contrarrevolucionário de um campo político progressivamente mais reforçado e nítido. Assim, a propaganda contra Goulart e a democracia da Constituição de 1946 se alimentou dos temas da contrarrevolução internacional.

A penetração das proposições contrarrevolucionárias internacionais nos meios militares brasileiros foi forte nesse período. A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) vinham atuando, desde a década anterior, como núcleos difusores da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina de Guerra Revolucionária junto, principalmente, à oficialidade das três armas. Em segmentos subalternos, em contrapartida, registrou-se um avanço da politização de cabos, sargentos e marinheiros. A Crise da Legalidade (1961) significou, a um só tempo, o enfrentamento entre lideranças militares de orientações diferentes e a intervenção de sargentos da Aeronáutica no sentido de impedir que oficiais executassem ordens de bombardeio sobre alvos civis. Os episódios conhecidos como Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, e Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, foram, como se sabe, outros capítulos da progressiva politização de praças. Fissuras de dimensão desigual no aparelho militar abalaram os alicerces do Estado brasileiro, cumprindo um papel decisivo no desfecho golpista da crise do regime, tal como se registraria em 1964.

A primeira evidência forte da crise do regime político foi a eleição de Jânio Quadros para presidente da República, em 1960. Tendo feito uma campanha nucleada em temas supostamente apolíticos, como a corrupção, Jânio apresentou-se como um candidato acima dos partidos, indicando que estes estavam tendo questionada a sua capacidade de representar os interesses de suas bases tradicionais. É este tipo de situação que Gramsci caracteriza como traço fundamental da crise orgânica do regime, a “crise de representação”, isto é, momentos em que grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, que

já não são reconhecidos como expressão própria de sua classe ou de uma fração dela. Quando estas crises se manifestam, a situação imediata se torna delicada e perigosa, porque o terreno é propício para soluções de força, para a atividade de obscuras potências representadas por homens providenciais ou carismáticos. (Gramsci, 1972, p. 62)

A eleição de João Goulart para vice-presidente também deu ensejo a um curto-circuito no regime, estimulado pela regra eleitoral que permitia o voto em candidatos de chapas diferentes para presidente e vice-presidente. Embora se pudesse dizer que a vice-presidência não era cargo de grande peso político, o episódio da derrubada de Getúlio Vargas, na forma do seu suicídio em agosto de 1954, quando assumiu um vice-presidente de tendência política contrária, era um caso a tomar como sinal de alerta. Recorde-se que movimentações político-militares em torno da posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart – eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República –, registradas entre agosto de 1954 e novembro de 1955 e que culminaram, nesse mês, com o chamado contragolpe legalista chefiado pelos generais Henrique Lott e Odílio Denys, haviam resultado, em grande medida, da inclinação antivarguista do vice-presidente João Café Filho, representante do Partido Social Progressista (PSP), mas em dissidência com seu chefe, Ademar de Barros, e em rota de aproximação com a UDN.

Outro forte indicador da crise do sistema de representação política foi o papel de protagonistas, no Congresso Nacional, representado pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), órgãos suprapartidários que coordenavam de fato a ação dos representantes políticos das classes sociais no plano partidário. A crise do regime se evidenciou, ainda, nas intensas campanhas por reformas constitucionais patrocinadas pelos dois campos políticos. Aglutinadas, grosso modo, na plataforma das Reformas de Base defendidas pelo presidente Goulart e nas propostas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), os itens das reformas compunham um leque que ia da alteração da estrutura fundiária à reformulação do sistema partidário. Todos, no entanto, ou, pelo menos, os mais importantes, implicavam reformas constitu-

cionais, o que sugere que o pacto consagrado em 1946 e, depois, ajustado por leis ordinárias já não satisfazia os setores mais mobilizados do país, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político.

Para importantes segmentos das classes dominantes, o problema transcendia o governo de Goulart, localizando-se no próprio regime político, ou seja, na forma de exercício da dominação de classe. Enquanto o regime democrático por elas construído não passou de um jogo restrito aos seus representantes políticos, diretos ou indiretos, foi considerado satisfatório. Contudo, em face da crescente ativação popular¹¹ nas ruas, nos campos e no Parlamento, as classes dominantes recorreram ao seu repertório de alternativas estratégicas, onde se destacava outro tipo de democracia, mais forte e elitista do que a realmente existente, mais conveniente às necessidades do capital multinacional e associado e adequada a um mundo em que a ideia democrática era o referencial legitimador da dominação política. Para chegar a ela, foi, entretanto, necessário aceitar que, por meio do golpe de 1964, ajustassem contas com o governo forças políticas das mais diversas naturezas, todas integrantes da frente golpista que se formou contra Goulart: facções militares de variado matiz ideológico, postulantes civis à Presidência da República nas eleições previstas para 1965, entidades anticomunistas ou apenas tradicionalistas da sociedade civil, políticos udenistas historicamente frustrados em suas ambições de poder, tecnocratas e tecnoempresários (Dreifuss, 1981) carentes de acesso aos mecanismos decisórios estatais, setores das camadas médias exasperados com a inflação e o desemprego etc. Também aqui cabe a analogia com o fim do Império. Em ambas as conjunturas, cruzaram-se elementos de crise estrutural com outros de crise política imediata e a resultante foi a ruptura violenta da forma de dominação de classe, seguida da abertura de condições para a sua substituição por outra, mais concorde com a real correlação de forças ideológicas, políticas e militares.

A contrarrevolução, elemento unificador do tempo.

A abordagem braudeliana das temporalidades resulta de uma opção científica que, ao mesmo tempo em que confere à longa duração uma posição primordial no enquadramento do processo histórico, reconhece os obstáculos que se antepõem ao esforço de estabelecer¹² a percepção do percurso do tempo presente –imediato, que atualiza as questões do historiador –ao tempo longo – a

¹¹ O'Donnell (1987, p. 22) fala em “ativação do setor popular” urbano como fonte de uma percepção de risco iminente de ruptura do capitalismo. Por “ativação política” desses setores, entende “não só uma notória presença no cenário público, mas também uma que tende a se exercer continuamente, isto é, não só através de explosões descontínuas de protesto; isto por seu lado implica que essa ativação se sustenta em bases de organização não totalmente subordinadas ao Estado ou às classes dominantes”. (*Idem*, p. 63, nota 11).

¹² Fontana (1988, p. 209) chama a atenção para a ausência de um fio condutor que o una aos demais tempos.

“trama das estruturas” – e vice-versa. Braudel entende a proposição de conexões temporais como uma operação de reconstrução orientada teoricamente. Trata-se de “antecipar hipóteses e explicações, de rejeitar o real tal como é percebido, de truncá-lo, de superá-lo; operações que permitem todas elas escapar aos dados para os dominar melhor, mas que – todas elas, sem exceção – constituem reconstruções”. (Braudel, 1976, p. 33)

Adota-se, aqui, a tese de que a contrarrevolução preventiva é o elemento que conecta os tempos da história política – história da luta de classes – brasileira no período em tela. Tal perspectiva permite que se reconstrua – nos termos propostos por Braudel – a nossa história política no que diz respeito à crise do regime democrático, ao golpe que o liquidou e ao regime ditatorial que se lhe seguiu. Ela está articulada à principal tendência de longa duração no que se refere à luta de classes no âmbito do sistema capitalista mundial desde, pelo menos, a revolução russa de 1917. O caráter historicamente irreconciliável da contradição entre o capital e o trabalho, generalizada no mundo capitalista, determina que “a preservação dos privilégios do capital passe a depender ‘da fraqueza relativa da força progressiva antagonista’ (isto é, a classe operária); conservar esta fraqueza é, para os capitalistas, conservar as condições de sua dominação de classe”. (Mo-
raes, 1987, p. 21). Comentando uma das teses desenvolvidas por Perry Anderson a respeito do processo político-ideológico inglês, Richard Morse apontou argu-
tamente uma das expressões da internacionalização da luta de classes produzida pelo caráter universalizante – embora desigual, mas combinado – do capitalismo à medida que se erige em sistema mundial:

A burguesia industrial [britânica] foi contida por uma classe capitalista já existente, uma aristocracia agrária que controlava um Estado formado à sua imagem. *Temendo a organização da classe trabalhadora e o exemplo da Revolução Francesa*, os grupos industriais evitaram o confronto com a elite mais antiga, e deste modo não produziram uma ideologia revolucionária. [...] O que chama a atenção na análise de Anderson é que ela parece ser aplicável ao caso muito diferente do Brasil. Aqui, também, é comum falar-se de uma elite mista, agrário-industrial, unida em torno da defesa de um aparato estatal que a favorece e na *determinação de impedir que certos exemplos estrangeiros indesejáveis – seja a rebelião de escravos do Haiti ou a revolução ‘bolchevique’ – tenham influência sobre os pobres da classe trabalhadora.* (Morse, 1990, p. 57) ¹³

¹³ Comentário sobre o artigo “Components of the national culture”, de Perry Anderson, em *New Left Review*, London, n. 50, 1968, p. 3-57. Grifos meus.

Herbert Marcuse ressaltou a diferença de natureza entre o pensamento e a ação contrarrevolucionários do século XVIII e do século XIX em diante. Ao longo do tempo, a teoria da contrarrevolução

(...) sofre uma importante transformação em sua função: ela é finalmente adaptada pelas camadas dominantes da burguesia. A burguesia passa de objeto a sujeito da teoria. Ela representa, para a época, o exemplo mais notável de justificação e defesa de uma ordem social ameaçada. A mudança de função da teoria acompanha a história da burguesia a partir da luta de uma classe em ascensão contra os restos de uma organização social que se transformou em obstáculo até a dominação absoluta de algumas camadas privilegiadas contra o ataque de todas as forças progressistas; ela acompanha também a rejeição, por essa burguesia, de todos os valores que havia proclamado na época de sua ascensão. (Marcuse, 1972, p. 116)

As vias de modernização burguesa seguidas pelos países de capitalismo tardio e hipertardio (da América Latina, África e Ásia) se distinguiram das trilhadas pelos países pioneiros do mundo capitalista. O desenvolvimento da ordem social capitalista se deu, em geral, sob a direção de setores das classes dominantes e de acordo com estratégias conciliatórias com seus pares e, em posição subordinada, com segmentos da classe trabalhadora e das camadas médias.

No Brasil a implantação hipertardia da sociedade burguesa se deu – ao contrário do ocorrido nos países de capitalismo originário e atrasado e como nos países de capitalismo tardio –, em grande parte sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, a tarefa de construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista (Fernandes, 1976, pp. 294-295 e 297). Nas condições de crise da primeira metade da década de 1960, as tarefas da contrarrevolução assumiram caráter de urgência. O acirramento das contradições sociais, a crescente força do movimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria, para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores. Dreifuss (1981, p. 125) identificou esse quadro como um “ataque bifrontal” ao populismo.

A forma de dominação política erigida nas condições abertas pelo golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 teve caráter essencialmente ditatorial. No calor da hora, o militante socialista e jornalista Mário Pedrosa apontou, em setembro de 1965, a vocação dessa ditadura:

Ao chegarem ao poder, os homens vitoriosos em abril [de 1964] logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contrarrevolução em permanência. (Pedrosa, 1966, p. 143)

Para Pedrosa, a contrarrevolução assumira a forma política de uma ditadura militar de tipo bonapartista: “A peculiaridade da ditadura militar está em que ela não representa no poder, particularmente, nenhuma das classes sociais dirigentes do país. E em, seu conjunto, só muito indiretamente e muito condicionadamente” (Pedrosa, 1966, p. 184). A passagem do marechal Humberto Castelo Branco pelo poder, que se estenderia de 1964 a 1967, foi entendida por ele como “governo ditatorial militar bonapartista” (PEDROSA, 1966, p. 189).

Alguns dos principais aspectos do regime foram: a sua natureza contrarrevolucionária; a sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerceu o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar e a pretensão a uma legitimidade, inicialmente com base no perfil antipopulista e anticomunista e, depois, sem abrir mão desses traços, em um projeto modernizante-conservador tendente a um regime democrático restrito.

Da caracterização do regime político construído no Brasil a partir do golpe de 1964 decorre a compreensão da sua dinâmica e, portanto, a sua periodização. A que se apresenta a seguir tem como ponto de partida o paradigma da contrarrevolução. Parte da premissa de que o golpe de 1964 foi contrarrevolucionário – preventivo, para alguns, certamente os portadores de uma visão sutil da conjuntura; reativo, para outros, que temiam ou encenavam temer uma suposta revolução ou golpe esquerdista em andamento –, assim como contrarrevolucionário foi o regime que a partir dele se estabeleceu. A contrarrevolução combinou formas terroristas e democráticas, conforme a correlação entre as forças sociais, nos planos internacional e nacional.

O fim estratégico da perspectiva contrarrevolucionária era a construção de um regime democrático e modernizador controlado por um Executivo forte – ao qual só partidos e coalizões conservadores teriam acesso efetivo –, dirigido por uma “elite” tecnocrática e tecnoempresarial e livre da dependência política do voto popular. Tal forma política seria a ideal para institucionalizar a satisfação das necessidades do grande capital multinacional e associado em termos de garantias para seus investimentos e lucros. No curto prazo, a prioridade seria dar conta dos dois principais problemas com que se enfrentavam as frações da

burguesia e setores das classes médias no fim do governo de João Goulart: recuperar a capacidade de crescimento da economia e erradicar o estado de ativação popular que marcou o país na primeira metade da década de 1960. A articulação entre objetivos estratégicos e imediatos determinou a dinâmica do regime pós-64 e, portanto, a sua periodização.

Primeira fase: contrarrevolução terrorista (1964-1974)

Depois do golpe, a contrarrevolução assumiu, no período de 1964 a 1974, a feição de terrorismo de Estado, visando derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo. A dominação de classe se fez, prioritariamente, amparada no aparato repressivo estatal, por meio de métodos violentos em geral, mas com destaque para as prisões clandestinas e a prática de torturas. Secundariamente, funcionaram mecanismos democráticos preservados, até 1967, da Constituição de 1946, e, daquele ano em seguinte, submetidos à Doutrina de Segurança Nacional, corporificada na nova carta constitucional e na Lei de Segurança Nacional que substituiu a de 1953. Assim o Legislativo deixou de funcionar por cerca de um ano apenas, enquanto o Judiciário nunca foi fechado. Observe-se que, embora coagidos violentamente pelo Executivo militarizado e compostos por elementos em sua maioria tendentes a apoiá-lo, esses dois órgãos produziram, em alguns momentos, fatos políticos constrangedores para os grupos dirigentes, como aqueles que resultaram nos atos institucionais n. 2 (1965) e n. 5 (1968). Foram, assim, mantidos certos canais de negociação com setores da oposição consentida.

Em uma subfase que podemos apontar entre 1964 e 1968, o Estado foi estruturado, ao sabor dos embates de todo tipo com o campo oposicionista, para dar curso à contrarrevolução terrorista. Instrumentalizaram-se os órgãos de repressão de existência anterior – Departamento de Polícia Federal, departamentos estaduais de ordem política e social, polícias civis e militares etc. –, que seriam subordinados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964. Também os órgãos de informação das Forças Armadas cumpriam funções de espionagem e obtenção de informações, inclusive por meio da tortura de presos políticos. Implantaram-se práticas e estruturas para fortalecer o Estado, como os atos institucionais e o “decurso de prazo” na apreciação, pelo Legislativo, de projetos do Executivo. Subordinaram-se o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, por meio de cassações de mandatos e determinações restritivas emanadas de atos institucionais. Foi utilizada ao máximo a legislação sindical vigente, promovendo-se a intervenção em entidades e a destituição de dirigentes, e criando-se maiores obstáculos à promoção de greves legais. Movimentos de trabalhadores e líderes sindicais e políticos foram perseguidos também no campo.

No plano econômico, a grande meta desta subfase foi a retomada da capacidade de acumulação de capital, o que foi buscado a partir de uma abordagem monetarista da crise herdada do governo Goulart. Assim, promoveu-se o enxugamento do fluxo monetário, por meio do arrocho salarial e creditício. Ampliaram-se os estímulos ao ingresso de capital estrangeiro de empréstimo e de investimento e criaram-se poderosos instrumentos de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este, por sinal, também servia à política contrarrevolucionária retirando aos trabalhadores a garantia da estabilidade no emprego, o que favorecia a rotatividade da mão de obra e enfraquecia os sindicatos.

Uma segunda subfase pode ser apontada no período 1968-1974. Poderíamos chamá-la de fastígio do regime, que se consolidou no plano político com a edição do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, e o aperfeiçoamento do aparato repressivo. Foi especialmente importante a criação, no ano seguinte, da Operação Bandeirantes (OBAN) e do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de inteligência e tortura subordinado, em cada estado, a um coronel do Exército. O ano de 1969, aliás, condensou as medidas de afirmação do regime. Por meio dos atos institucionais n. 13 e n. 14, foram estabelecidas as penas de banimento, perpétua e de morte. No plano jurídico, as inovações mais expressivas foram a nova Lei de Segurança Nacional, que substituiu a decretada dois anos antes, a Emenda Constitucional n. 1, que modificou amplamente a Carta de 1967, e os decretos-leis n. 1001, n. 1002 e 1003, que implantaram os novos Código Penal Militar e Código do Processo Penal Militar e a nova Organização Judiciária Militar. Devidamente aparelhado, o Estado conseguiu, beneficiando-se das limitações políticas e militares dos adversários, derrotar as “oposições extrassistêmicas” ao regime, com o que se alcançava a meta política mais importante da fase de contrarrevolução terrorista.

No plano econômico, também se alcançou a meta principal. Já em 1968, quando, com as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), o movimento operário exalou um suspiro que não se repetiria por quase dez anos, a economia apresentava índices de crescimento real muito expressivos, dando início a uma conjuntura ascensional que receberia de analistas deslumbrados o apelido de “milagre brasileiro”. Muito se esforçaria o governo do general Emílio Médici (1969-1974) para sustentar propagandisticamente, com base no crescimento econômico, um projeto de “Brasil Grande”, disseminado de forma sistemática pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Não haveria, contudo, apelidos entusiastas para a política social associada ao crescimento econômico, marcada pelo agravamento da concentração de renda e pela retração dos gastos com saúde e educação: a isso, os analistas críticos chamariam, cometendo nítida injustiça para com os silvícolas, “capitalismo selvagem”.

Segunda fase: contrarrevolução democrática (1974-1989)

Atingidos os principais objetivos imediatos da frente golpista – embora modificada após a tomada do poder –, abriu-se uma fase em que os alvos estratégicos foram enquadrados de maneira diversa pelo núcleo dirigente do regime. Numa primeira subfase, que pode ser balizada pelos anos 1974-1978, setores dos grupos dirigentes entenderam –na verdade desde, pelo menos, 1973 –que o momento em que as principais metas da contrarrevolução – retomada do crescimento econômico e “saneamento” do cenário político interno – haviam sido atingidas seria adequado para a readequação dos meios de dominação, de maneira a alcançar-se a grande meta estratégica: a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito. Temiam o efeito desgastante das disputas pelo controle do Estado sobre a unidade das Forças Armadas, já visível durante a competitiva sucessão do general Artur da Costa e Silva, em fins de 1969. Ainda assim, não se cogitava desarticular o aparato repressivo do Estado nem afastá-lo do processo político total e abruptamente. Tratava-se de refazer a equação coerção-negociação na dinâmica da dominação política, ampliando-se a esfera desta e reduzindo-se a daquela.

Mudanças na conjuntura internacional também pressionaram os grupos dirigentes brasileiros a decidir que era o momento para mudar os métodos de dominação. O estado-maior do imperialismo formou em 1973 a Comissão Trilateral, que assessoraria processos de transição controlada em países sob ditaduras. Na Europa, as ditaduras portuguesa e espanhola entravam em colapso em 1974, no que seriam seguidas pela grega em 1975. Submetido a sucessivas derrotas na Guerra do Vietnam, os EUA vinham, desde 1972, reformulando suas relações com a União Soviética e a China, em clara reversão parcial dos termos da Guerra Fria.

Um projeto de transição para um regime democrático, objeto de discussão entre políticos e intelectuais desde 1972 e anunciado pelo general Ernesto Geisel (1974-1979) quando de sua posse, foi posto em andamento, sob a iniciativa e o controle dos grupos dirigentes, que impunham a agenda e o ritmo do processo. O objetivo estratégico desta subfase foi a formação, no cenário nacional, de um centro político conservador que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir. Para isso, foram tomadas medidas de interesse das frações liberais democráticas da oposição: reconhecimento da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974, suspensão progressiva da censura etc. A reivindicação de anistia política, até então apenas tolerada pelos governos do regime enquanto postulação individual, finalmente se transformou no Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975. Ainda na esteira da liberalização, ressurgiu o movimento estudantil em vários pontos do país, defendendo, no plano político, desde melhores condições

carcerárias para os presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional até a convocação de uma assembleia nacional constituinte.

Em relação aos setores da esquerda socialista críticos da transição comandada pelo governo, o procedimento era a violência estatal de sempre, pela aplicação dos poderes que o AI-5 conferia ao chefe do Executivo. Simultaneamente, o governo enfrentava a oposição de extrema-direita, que tentava boicotar a operação transicional de forma violenta, incluindo o assassinato de presos políticos em unidades do Exército e atentados a bomba contra pessoas e instituições identificadas com a oposição democrática e socialista. Tanto as medidas de interesse da oposição liberal-democrática quanto os ataques da oposição de extrema-direita serviram para a construção do novo centro político, aproximando do projeto de transição entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ampliando a faixa de simpatia por ele já existente dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A segunda subfase se iniciou em 1978. Em setembro, o governo aprovou uma nova Lei de Segurança Nacional, que reduziu substancialmente as penas, abrindo caminho para a soltura de muitos presos políticos e para o enfraquecimento do movimento pela anistia. Em outubro, o governo fez o Congresso Nacional aprovar a Emenda Constitucional n. 11, que, entre outras determinações, revogou os atos institucionais e complementares, extinguiu as penas de morte, banimento e prisão perpétua e determinou as regras gerais para a extinção dos partidos políticos e a formação de novos. Em contrapartida, a ausência dos atos institucionais foi compensada pelo estabelecimento das “medidas de emergência” e outras “salvaguardas” do Estado, incorporadas à Constituição. Não custa lembrar que o texto reformado foi o da Constituição de 1967/Emenda Constitucional n.1, concebidas segundo os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina de Guerra Revolucionária. Estabeleceram-se, deste modo, as linhas de força que deveriam reger o processo político nacional até a sucessão do sucessor do general Geisel, desejada para 1989.

Em torno dessa plataforma jurídico-política, ampliou-se a aproximação entre grupos dirigentes da ditadura com opositores de linhagem liberal-democrática, para dar prosseguimento ao projeto de transição. Dar-se-ia, assim, o reordenamento jurídico-político-institucional tutelado pelas Forças Armadas, mas com as forças civis incorporadas ao projeto transicional cumprindo importante papel na negociação e legitimação dos passos dados. Em agosto de 1979, a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita, encabeçada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA – 1978) foi suplantada pela concessão, via Congresso, de uma anistia parcial e condicionada, cujo texto continha uma cláusula – de crimes conexos – que podia ser interpretada como um *habeas corpus* preventivo

para agentes do Estado que viessem a ser acusados de crimes de violência contra presos políticos. Esta foi a primeira indicação importante, na subfase, de que seguia avançado o processo de construção de um novo centro político, comprometido com as metas e métodos do projeto de transição pelo alto.

Ainda em agosto de 1979, a extinção do bipartidarismo e a abertura da possibilidade de organização de novos partidos consolidou a tática dos grupos dirigentes, produzindo o fracionamento da ampla frente oposicionista representada pelo MDB, sucedido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), enquanto os elementos ligados ao regime ditatorial iriam, em um primeiro momento, concentrar-se na legenda sucessora da governista Aliança Renovadora Nacional (Arena), o Partido Democrático Social (PDS). O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), refletindo a maré montante do movimento sindical iniciada em 1977, foi um dado certamente imprevisível pelos estrategistas da transição. Não deixou, contudo, de contribuir indiretamente para os seus objetivos, à medida que canalizou partidariamente correntes políticas que não encontravam espaço nos demais projetos partidários e pareciam destinadas ao lugar – confortável, para as classes dominantes – de minoria eleitoral, dada a proposta classista que o norteou inicialmente. O teste eleitoral da nova configuração partidária foi feito em 1982, quando agremiações oposicionistas elegeram dez governadores. Entre eles, o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola, ainda temido e odiado por setores das classes dominantes como o oiro nacionalista, embora, de fato, totalmente engajado no rumo conservador da transição, assim como os demais governadores eleitos, todos do PMDB.

Em 1984, a intensa e massiva campanha política “Diretas Já”, a cisão do campo governista e a consequente formação da Frente Liberal durante a sucessão do general João Figueiredo (1979-1985) constituíram novos e importantes testes, mas não abalaram seriamente a estratégia da transição, a esta altura já encampada por setores da sociedade mais amplos do que quando do seu lançamento público, em 1974. O pleito presidencial – indireto, conforme a legislação ditatorial em vigor – foi realizado em janeiro de 1985 e vencido por Tancredo Neves, candidato da oposição liberal-democrática, em composição com a dissidência ditatorial *soi-disant* liberal, representada por José Sarney – ex-presidente da Arena e do PDS – na vice-presidência e formalizada na Aliança Democrática. Por um capricho da sorte, que personalizou o caráter basicamente continuísta da transição, o presidente eleito faleceu antes de tomar posse e Sarney tornou-se o primeiro presidente civil brasileiro depois do golpe de 1964.

Tendo à frente um autêntico quadro do regime ditatorial comprometido com o programa de Tancredo Neves, pensado de forma a fazer avançar a transição ao preço de todas as conciliações necessárias, o governo da Nova República

(1985-1990) apresentou em relação aos governos militares muitas continuidades políticas, que se combinaram com importantes mudanças operadas no seu transcurso. Assim, por exemplo, a tutela militar sobre o governo, simbolizada pela proeminência do ministro da Guerra, general Leônidas Gonçalves, notório e ferrenho anticomunista, se combinou com a legalização dos partidos comunistas. No mesmo sentido, o reconhecimento da legitimidade do movimento sindical, simbolizado pela nomeação, para o Ministério do Trabalho, do ex-advogado trabalhista, e até então opositor, Almir Pazzianotto, combinou-se, em novembro de 1988, com a sangrenta ação do Exército na repressão a uma greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), que resultou na morte de três paredistas.

Do ponto de vista defendido neste texto, a consumação formal da meta estratégica do processo contrarrevolucionário que teve no golpe de 1964 seu ponto de virada deu-se com a Constituição de 1988, que significou a pactuação de outro regime, sob a direção dos representantes políticos das classes dominantes. Trata-se, numa definição provisória, de uma construção híbrida, que combina traços liberal-democráticos e democrático-autoritários. Seu texto consagra avanços significativos em termos de ampliação da base representativa da dominação classista, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de alguns elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo. Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Carta de 1988 representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal desde, como já foi mencionado, o início do século XX: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, a instituição da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância, pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, bem como no Estado Novo, essa função foi cumprida pelos decretos-leis.

Importantes traços contrarrevolucionários preventivos são encontrados no regime democrático brasileiro balizado pela Constituição de 1988 e atualizado pelas ondas revisionais, a primeira das quais, realizou-se em 1993, de acordo com o previsto pelos constituintes de 1987-1988. Como pouco produziu, uma segunda temporada revisional foi aberta em 1995, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que, não custa lembrar, teve como vice-presidente, em seus dois mandatos, Marco Maciel, um lídimo representante do regime ditatorial. As reformas adequaram parcialmente a estrutura do Estado brasileiro à perspectiva neoliberal que se tornara dominante. Nesse sentido, houve continuidade por parte dos governos que se seguiram, encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores.

Cumprem objetivos contrarrevolucionários preventivos, especialmente, as políticas desses governos na área social, com destaque para os campos da saúde, educação e “redução da miséria”. O propósito é desestimular a mobilização popular por ganhos permanentes e incentivar a dependência de iniciativas casuísticas de agentes individuais e empresariais e de instituições estatais, na forma de “solidariedade voluntária”, “políticas de combate à fome” etc. Em contrapartida, partes majoritárias da riqueza nacional têm sido empregadas na satisfação dos interesses do setor financeiro do capital que, ao longo da ditadura e do processo de transição, se tornou o elemento dirigente do regime, enquanto a fração industrial ligada à produção de bens de consumo duráveis aponta o horizonte ideológico da integração baseada em uma concepção bem particular de felicidade: o modo brasileiro de viver, versão dependente e periférica do *american way of life*, que, praticamente, organiza a vida de amplas camadas sociais em torno do consumo de suas mercadorias via endividamento pessoal, contribuindo para a consolidação da ordem social e favorecendo a reprodução do capital em geral (Mello e Novais, 2009).

De acordo com a hipótese geral deste trabalho, contudo, a política contrarrevolucionária preventiva de maior alcance estratégico é a permanente disseminação, por meio do uso de recursos públicos e privados, da crença no regime democrático baseado em maiorias eleitorais conservadoras, avesso a mobilizações populares e presidido pela “razão técnica”, “apolítica”, como a única forma válida de organização política. Tese que, aliás, como é notório, tornou-se para muitos quase que um truísmo postulante à condição de universal, depois da crise do *Welfare State* e do desmoronamento do campo socialista em fins da década de 1980, conjuntura que delimita o fim desta síntese histórica.

Referências

- ALTHUSSER, L. “Contradiction et surdétermination (notes pour une recherche)”. In: _____. *Pour Marx*. 2. ed. Paris: François Maspero, 1966.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BACON, E. E. 1987. “Geração”. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 1, p. 514- 515, 1987.
- BANDEIRA, M.; MELO, C; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BASTIDE, R. (Coord.). *Usos e sentidos do termo “estrutura”*. Trad. M. H. S. Cappelatto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOUDON, R. 1974. *Para que serve a noção de estrutura?* Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 v.
- BRAUDEL, F. A longa duração. In: _____. *História e Ciências Sociais*. 2. ed. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Presença, p. 7-70, 1976.
- BUNGE, M. *Caçando a realidade. A luta pelo realismo*. Trad. Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CARDOSO, C. F. S. 1982. *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*. Barcelona: Grijalbo, 1982.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A Conquista do Estado*. Trad. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3. ed. Petrópolis (RJ) Vozes, 1981.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FONTANA, J. 1998. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru (SP): EDUSC, 1998.
- GABORIAU, M. e outros. *Estructuralismo e historia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.
- GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Trad. José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.
- GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, H.; GOLDMANN, L. e MAKARIUS, R. e L. *Debata sobre o estruturalismo*. São Paulo: Documentos, 1968.
- LEMO, R. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEMO, R. “Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968)”. In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, p. 282-289, 2004.
- MARCUSE, H. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Trad. Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. ed. Campinas: Editora UNESP; Edições FACAMP, 2009.
- MORAES, J. Q. de. “O argumento da força.” In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1987.
- O’DONNELL, G. *BA - Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. Trad.

- Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- PEDROSA, M. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*. Paris: François Maspero, 1968.
- ROJAS, C. A. A. *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*. Trad. Sandra TrabuccoValenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.
- SAES, F. A. M. de. "A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República." *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 3, n.7, set./dez., p. 20-39, 1989.
- SILVA, L. I.da. (Coord.). *Cu\$to Brasil: mitos e realidades*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Saga.3 v., 1967.

Recebido em janeiro de 2014

Aprovado em março de 2014